

Niède Guidon: sonhos e vidas esculpidos no sertão



» **IDERLAN DE SOUZA SANTANA**
Bacharel em arqueologia e preservação patrimonial, mestrando em arqueologia, guia do Parque Nacional Serra da Capivara, diretor-presidente do Museu Zabelê (Muzab)



» **ROSA MARIA GONÇALVES**
Arte-educadora e museóloga. Trabalhou de 2008 a 2013 na coordenação do Pro-Arte Fundação Museu do Homem Americano (Fumdam)

Conhecer a doutora Niède Guidon transformou completamente a minha vida. Nascido no velho Povoado Zabelê, então localizado dentro da futura Unidade de Conservação do Parque Nacional da Serra da Capivara, enfrentei inúmeras barreiras — físicas, emocionais e sociais — ao deixar minha terra, aquele território sagrado que marcou profundamente a minha trajetória e a de muitos outros moradores da região.

Foi quase acidental. No Pró-Arte Fumdam, conheci não apenas a arte, mas também mergulhei, com fascínio, nos mundos da arqueologia e da paleontologia, incentivado pelo trabalho com a doutora Niède Guidon, entre 2004 e 2012. Convivi com uma mulher de caráter firme e generosidade rara. Apoiado por ela, tive a oportunidade de estudar arqueologia na Universidade Federal do Vale do São Francisco e, ao mesmo tempo, atuar profissionalmente. Doutora Niède foi também minha professora de português — em segredo, como tudo que faz com humildade e ética. Jamais falei disso a ninguém.

Recordo-me com carinho de quando seus olhos se encheram de orgulho ao me ver falando em francês com seus colegas pesquisadores. Essa sensibilidade, aliada ao seu compromisso com o desenvolvimento humano e cultural da caatinga, revelou a grandeza de seu trabalho: preservar, educar e transformar.

Seu legado é imensurável. A doutora Niède plantou sementes que hoje germinam, florescem e dão frutos em toda a região. Sua dedicação à preservação do patrimônio e à formação das pessoas segue viva em cada projeto que brota da terra vermelha do sertão.

Mais recentemente, quando soube do nosso projeto — o Museu Zabelê/MUZAB, criado para contar a história do velho Zabelê e salvaguardar a cultura material e imaterial da antiga comunidade —, doutora Niède, com a mesma generosidade de sempre, nos apoiou mais uma vez. Concedeu-nos uma entrevista especial para a nova exposição do museu, reforçando seu compromisso com a memória e a identidade do nosso povo.

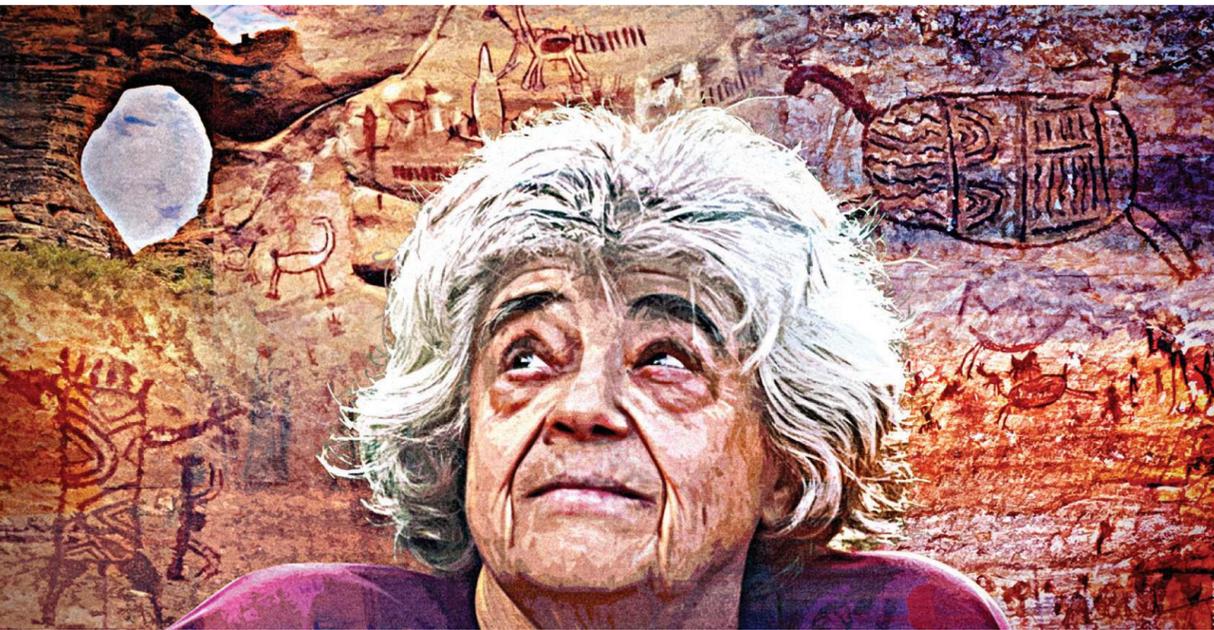
O reconhecimento veio na conquista da premiação na 34ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (2021), concedido pelo Iphan. Mas o maior prêmio é saber que, graças à doutora Niède, seguimos construindo caminhos para o futuro sem nos esquecermos de nossas raízes. Gratidão, por tanto.

Depois de rodar alguns quilômetros de estrada, viramos à esquerda e entramos num caminho de terra. Seguimos. Depois de um bom trecho, viramos à direita e desci para abrir a porteira. Mais um trecho e o 4x4 estaciona, prevendo qual seria minha reação, porque sabia o quanto a paisagem é impressionante. Enquanto ouvia, virei o rosto e vi um imenso paredão de rocha: a Pedra Furada. Neste momento, senti que era uma “experiência estética” genuína. Depois, ainda, próximo ao Sítio Arqueológico das Pedrinhas Pintadas, avistamos uma raposinha que nos acompanhou por boa parte do nosso percurso. Ela me contou que isso sempre acontece: os animais se aproximam sem medo. Assim aconteceu minha primeira visita ao Parque Nacional da Serra da Capivara acompanhando Niède (até então, eu a chamava pelo primeiro nome. Depois aprendi que todos a chamavam de doutora).

Muitas pessoas escrevem sobre a doutora Niède Guidon e, certamente, se referem a ela com grandes adjetivos, fazendo jus à relevância de sua obra, para a região e para a ciência brasileira.

Penso que seja importante lembrar que Niède Guidon é uma pessoa complexa. Fui privilegiada com os anos trabalhados na Fundação Museu do Homem Americano coordenando o Pró-Arte Fumdam, porque pude estar sob orientação direta da doutora Niède. Nas reuniões no escritório de sua casa, rodeada pela Bolinha, por gatos e pássaros da caatinga, percebi que a doutora não é nem boazinha, nem má. Em seus momentos, às vezes, expressa opiniões bem difíceis, desejando ser desnecessária, pois cada pessoa ali pode se desenvolver e transformar sua realidade sem a necessidade de intervenções externas. Depois, a doutora Niède pensa em tempo futuro: trabalha com o passado, mas projeta para o futuro. Esconde seu lado pisciano, frágil e sonhador, e se reveste de pessoas duras, porque o trabalho nem sempre é feito com doçura.

Sou extremamente grata à doutora Niède por ter permitido a mim, “a artista louca”, desenhar projetos que nunca havia sonhado, por me convidar para trabalhar em São Raimundo Nonato e conhecer amigos de uma vida inteira. Seus verbos são no presente, doutora Niède. A senhora é e sempre será. Seu legado estará sempre presente, hoje e no futuro.



Santos Dumont e a guerra contra o meio ambiente



» **LEOMAR DARONCHO**
Procurador do Trabalho

O Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, impõe uma reflexão sobre o grave momento brasileiro e a necessidade de limites às atividades predatórias, com atenção especial para a Guerra Química travada contra a natureza e a vida humana. A data foi instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), chamando a atenção para a questão ambiental. O evento realizado em Estocolmo, na Suécia, em 1972, é um marco histórico na luta pela preservação do planeta.

A ONU vem alertando para os riscos da aplicação errônea e imprudentemente do poder humano de causar danos incalculáveis à vida humana e ao ambiente. Evidências científicas comprovam a multiplicação dos agravos causados pelo homem, com níveis perigosos de poluição da água, do ar, da terra e dos seres vivos, provocando grandes transtornos: desequilíbrio ecológico, destruição e esgotamento de recursos e graves deficiências, nocivas para a saúde e o meio ambiente em que ele vive e trabalha. A ignorância, a indiferença e a inconsequência são apontadas como causas de danos imensos e irreparáveis ao meio ambiente da terra do qual dependem a vida e o bem-estar, da geração atual e das futuras.

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) vem se mostrando atento ao compromisso do

Estado brasileiro com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, em sintonia com o consenso dos países civilizados.

Todavia, a tolerância às investidas contra o meio ambiente e ao uso de agrotóxicos, muitos deles banidos dos países em que há preocupação com os efeitos ambientais e na saúde, é agravada pela permissão a técnicas de aplicação que potencializam os agravos à saúde de trabalhadores e de comunidades expostas.

Envenenadores atacam o confronto com o firme posicionamento do STF, que vem defendendo a pauta civilizatória ambiental. Exemplo de decisão que acirra o conflito entre os Poderes instalados na Praça dos Três Poderes, em Brasília, deu-se com a decisão do STF que suspendeu a portaria da Secretaria de Defesa Agropecuária, que admitia a “aprovação tácita” de agrotóxicos. No mesmo sentido, reconheceu a legítima proibição da pulverização aérea no Ceará (ADI 6.137). Foi respaldando a mobilização da comunidade cearense afetada contra a técnica reconhecidamente gravosa para a população exposta à guerra química.

Os embates e as disputas da pauta predatória, no entorno da Praça dos Três Poderes, em Brasília, fazem lembrar uma das maiores celebridades brasileiras, inseridas no *Livro de Aço*, no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, situada na mesma praça.

Alberto Santos Dumont foi incluído pelo Congresso Nacional no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*, em 2023. O cientista, patrono da Aeronáutica Brasileira, recebeu os créditos pela engenhosidade, em especial pelo desenvolvimento do avião que fez o primeiro voo autopropeulsionado da história, em 1906. O espírito humanista

é uma marca pouco conhecida de Santos Dumont, que teria passado os últimos anos de sua vida debilitado, deprimido pelo uso de seu invento na guerra.

Como um homem esclarecido, diante do grau de destruição pelo uso do avião na primeira guerra, anteviu, horrorizado, o que as máquinas voadoras poderiam atingir no futuro, “como espalhadoras da morte, não só entre as forças combatentes, mas também, e infelizmente, entre pessoas inofensivas da zona de retaguarda”. Em 1926, dirigiu-se à Liga das Nações pedindo a abolição da aviação como instrumento de destruição. Justificava-se, entre os pioneiros na conquista do ar, que “pensavam mais em criar novos meios de expansão pacífica dos povos do que em fornecer-lhes novas armas de combate”.

A manifestação, pacifista e humanista, de Santos Dumont acerca do avião mostra-se oportuna para um chamado à racionalidade, limitando a sanha predatória, de novas técnicas e velhas práticas, como a que pode ser estabelecida caso seja aprovado o projeto que pretende criar a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, facilitando os objetivos de predadores ambientais.

É uma norma que, se aprovada, fatalmente será submetida ao STF por ser incompatível com o disposto no artigo 225 da Constituição, que assegura o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

O gênio brasileiro, certamente, defenderia o uso pacifista e humanista das inovações, contra os “espalhadores da morte”, a favor da sábia qualidade de vida, direito que impõe ao Poder Público e à coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Males da burocracia

Pouco mais de 1,4 milhão de pessoas exercem em nosso país e de forma regular a atividade de advocacia. Isso dá uma média de um advogado para cada 140 brasileiros. Trata-se de uma das maiores proporções de advogados por habitante do planeta. Talvez perca para a populosa Índia, que conta hoje com, aproximadamente, 2 milhões de causídicos. Esse fenômeno pode fornecer uma pista para entendermos parte da própria dinâmica das relações sociais em nosso país. Talvez, por isso, milhões e milhões de processos, de todos os tipos e de todos os tempos, acumulam-se hoje nos diversos escaninhos do Estado. Muitos desses processos serão deixados às calendas gregas, extintos por decurso de prazos e outros males da burocracia.

Ocorre que, no meio desse baú, existem também aqueles processos, cujos protagonistas são servidos pelos melhores escritórios da praça, onde os honorários justificam a defesa a qualquer custo. Esses, obviamente, chegam a termo em tempo recorde e sempre em atendimento à nobre defesa. Com isso, também, são formados nichos de escritórios de advocacia, cujo esplendor econômico advém honorários impublicáveis.

Numa situação dessa natureza, boa parte da dinâmica das relações sociais acaba sendo alterada, pois a Justiça passa a ser exercida por um pendor econômico, atendendo, assim, àqueles que estão acordados, ou seja, com boa retaguarda, deixando a maioria que dorme, ou aquela que apenas sonha com justiça, na beira da estrada.

Essa constatação lança luz sobre uma realidade complexa e desconcertante do sistema jurídico brasileiro: a impressionante quantidade de advogados e a enorme judicialização da vida social, em contraste com o precário acesso à justiça para a maioria da população. A proporção de advogados e a excessiva judicialização de tudo é um fenômeno nosso. Essa realidade mostra uma cara do Brasil, em que a sociedade é fortemente judicializada. Não se trata aqui de justiça, mas de querelas judiciais. Isso pode indicar tanto um elevado grau de litígio nas relações sociais quanto uma estrutura institucional que empurra os conflitos para a via judicial por falta de soluções administrativas ou alternativas extrajudiciais eficazes (como a mediação ou conciliação).

A justiça de “baixo clero” pouco interessa aos advogados, pois a hiperjudicialização não significa, no entanto, acesso efetivo à justiça. Pelo contrário, revela uma disputa desigual por esse acesso. A massa de processos que se acumula nos escaninhos do Judiciário, muitos dos quais fadados à prescrição, mostra um sistema lento, sobrecarregado e seletivo. Existe, de fato, uma desigualdade no acesso à Justiça em nosso país, embora tenhamos uma das justíças mais caras do planeta.

Temos, do ponto de vista da sociologia, uma sociedade em que uma minoria está desperta e atuante, contra uma maioria que dorme, formada por cidadãos comuns, sem recursos ou representatividade, cujos pleitos se perdem na morosidade kafkiana da máquina judiciária. “*Dormientibus non succurrit jus*” (o direito não socorre aos que dormem), diz a máxima latina do direito.

Aqueles amparados por escritórios caros e especializados obtêm decisões rápidas, estratégicas e, por vezes, moldadas à conveniência de seus interesses econômicos ou políticos. Nada disso é novidade entre nós, embora continue sendo uma prática absurda. Esse retrato espelha ainda um fenômeno mais amplo: a mercantilização da justiça, em que os direitos tornam-se proporcionalmente acessíveis à capacidade de pagamento dos indivíduos.

A equidade, princípio fundamental do Estado Democrático de Direito, é fragilizada, quando não, ignorada. Com isso, temos a violência e corrupção como pano de fundo de um Brasil adoecido. Essa análise se torna ainda mais crítica ao ser contextualizada com dois traços estruturantes da sociedade brasileira: a violência e a corrupção endêmica. Somos, de fato, uma das sociedades mais violentas do mundo, com taxas elevadas de homicídios, desigualdade social aguda e uma sensação crônica de impunidade. A corrupção, disseminada em todos os níveis — do Poder Executivo aos pequenos órgãos administrativos —, distorce o funcionamento das instituições, inclusive o Judiciário. Quando as decisões judiciais passam a ser percebidas (ou de fato são) orientadas por interesses econômicos, políticos ou corporativos, isso mina a confiança pública no sistema e alimenta o descrédito da lei. Temos advogados demais e justiça escassa.

Essa justiça seletiva reforça a desigualdade, perpetua a violência estrutural e institucional, e causa uma sensação de orfandade cívica para grande parte da população. Em vez de promover a pacificação social, o sistema acaba sendo um fator de perpetuação do conflito.

A frase que foi pronunciada:

“A burocracia dá à luz a si mesma e depois espera benefícios de maternidade.”

Dale Dauten

História de Brasília

O DTUI está com uma mostra excelente do que está fazendo, e do que não pode fazer. Não está, entretanto, ao seu alcance, o que é mais essencial: a compra de cabos para instalar aparelhos. (Publicada em 4/5/1962)